

Dirley da Cunha Júnior

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

no Brasil e no Direito Comparado

14^a

edição

revista
atualizada
ampliada

2026

 **EDITORIA**
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Cameto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Laíx Ferrando Romeu (lferrando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C972c

Cunha Júnior, Dirley da

Q Controle de Constitucionalidade no Brasil e no Direito Comparado / Dirley da Cunha Júnior – 14ª ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2026.

496 p.

ISSN: 978-85-442-6911-4.

1. Direito Constitucional. I. Cunha Júnior, Dirley da. II. Título.

CDD 341.2

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Capítulo I

CONSTITUIÇÃO E SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	27
1. Constituição e constitucionalismo	27
2. A supremacia da Constituição e o caráter vinculante e imperativo das normas constitucionais	32
3. A unidade normativa da Constituição.....	39

Capítulo II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: A GARANTIA DA SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	41
1. Considerações iniciais.....	41
2. Conceito, pressupostos e legitimidade democrática do controle de constitucionalidade.....	42
2.1. Conceito	42
2.2. Pressupostos.....	44
2.2.1. A Constituição escrita e formal.....	44
2.2.2. A Constituição como norma jurídica fundamental, rígida e suprema.....	44
2.2.3. A previsão de órgão competente	46
2.3. O controle judicial de constitucionalidade e sua legitimidade democrática ante o novo paradigma do Estado Democrático de Direito. Breves anotações.....	48

Capítulo III

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO	69
1. O sistema “americano” da judicial <i>review of legislation</i> ou “difuso” de controle de constitucionalidade e o leading case William Marbury v. James Madison	71
2. O sistema “austríaco” ou “concentrado” de controle de constitucionalidade. A contribuição de Kelsen	83

3.	A evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	93
3.1.	A Constituição de 1824	93
3.2.	A Constituição de 1891	94
3.3.	A Constituição de 1934	95
3.4.	A Constituição de 1937	96
3.5.	A Constituição de 1946	97
3.6.	A Constituição de 1967/69.....	98
3.7.	A Constituição de 1988	98

Capítulo IV

MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE		103
1.	Quanto ao parâmetro do controle	103
2.	Quanto ao objeto do controle	107
3.	Quanto ao momento da realização do controle	107
4.	Quanto à natureza do órgão com competência para o controle	109
5.	Quanto ao número de órgãos com competência para o controle.....	114
6.	Quanto ao modo de manifestação do controle.....	115
7.	Quanto à finalidade do controle	117

Capítulo V

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE.....		119
1.	O controle difuso-incidental de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. Considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	119
2.	A provocação do controle difuso-incidental de constitucionalidade	120
2.1.	A ação popular como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade	122
2.2.	O mandado de segurança como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	124
2.3.	A ação civil pública como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	125
2.4.	O mandado de injunção como instrumento de controle difuso-incidental de constitucionalidade.....	135
2.4.1.	Origem e considerações gerais a respeito do instituto	135
2.4.2.	Objeto	144
2.4.3.	Legitimidade ativa.....	145

2.4.4. Legitimidade passiva	146
2.4.5. Competência	148
2.4.6. Decisão e seus efeitos	149
2.4.7. Aspectos processuais do Mandado de Injunção e a Lei nº 13.300/2016	165
3. A legitimidade para provocar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	167
4. A competência para realizar o controle difuso-incidental de constitucionalidade	168
5. O procedimento do controle difuso-incidental de constitucionalidade	174
6. Os efeitos da decisão no controle difuso-incidental de constitucionalidade	177
7. O controle difuso-incidental de constitucionalidade e a suspensão da execução do ato pelo Senado Federal.....	180

Capítulo VI

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	197
1. O controle concentrado de constitucionalidade na Constituição Brasileira de 1988. considerações gerais e natureza da questão constitucional.....	197
2. Conceito e tipos de inconstitucionalidade	198
3. A provocação do controle concentrado-principal de constitucionalidade: as ações diretas.....	205
4. A intervenção de terceiros no processo de controle concentrado de constitucionalidade – a intervenção do particular, do colegitimado e do “amicus curiae” na ADI, ADC e ADPF	210
4.1. A intervenção do particular.....	211
4.2. A intervenção do colegitimado	213
4.3. A intervenção do “amicus curiae”	216
4.4. A intervenção do amicus curiae no CPC/2015.....	225

Capítulo VII

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	227
1. Origem, conceito e finalidade	227
2. Legitimidade ad causam	228
3. Competência	237
4. Parâmetro e objeto	243

5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99	257
5.1.	Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade	259
5.2.	Da intervenção do <i>amicus curiae</i> em Ação Direta de Inconstitucionalidade	260
5.3.	Procedimento abreviado em Ação Direta de Inconstitucionalidade	264
6.	Decisão e efeitos	264
6.1.	Modulação dos efeitos gerais e temporais	276
6.2.	Técnicas de decisão e efeitos	280

Capítulo VIII

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.....	285
1. Origem e generalidades	285
2. Natureza, finalidade e procedimento	286
2.1. Possibilidade de medida cautelar	289
3. Legitimidade ad causam e competência	290
4. Parâmetro e objeto	291
4.1. A omissão inconstitucional: conceito e características	291
4.2. Momento em que ocorre a omissão inconstitucional	294
4.3. A omissão inconstitucional e suas modalidades	295
4.3.1. Omissão inconstitucional total e parcial	296
4.3.2. Omissão inconstitucional formal e material	301
4.3.3. Omissão inconstitucional absoluta e relativa	302
4.4. As omissões controláveis	302
4.5. A omissão inconstitucional no Direito Comparado	304
4.6. O controle da omissão inconstitucional e a Constituição de 1988	307
5. Decisão e seus efeitos	312
6. Distinções entre a “ação direta de inconstitucionalidade por omissão” e o “mandado de injunção”	323

Capítulo IX

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE INTERVENTIVA (REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA)		327
1.	Origem, conceito e finalidade	327
2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	330
3.	Competência	331

4.	Parâmetro e objeto.....	331
5.	Procedimento. A Lei nº 12.562/2011.....	333
6.	Da medida liminar.....	335
7.	Decisão e efeitos.....	336

Capítulo X

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....		339
1.	Origem, conceito e finalidade	339
2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	340
3.	Competência	341
4.	Parâmetro e objeto.....	342
5.	Procedimento. A Lei nº 9.868/99	342
6.	Decisão e efeitos.....	344

Capítulo XI

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL		347
1.	Origem, delineamento constitucional e generalidades do instituto.....	347
2.	A parametricidade da arguição de descumprimento: os preceitos constitucionais fundamentais.....	353
3.	Conceito de “descumprimento” na arguição.....	358
4.	Modalidades da arguição de descumprimento.....	359
5.	Arguição direta ou autônoma.....	361
5.1.	Legitimidade <i>ad causam</i>	362
5.2.	Competência	368
5.3.	Procedimento. A Lei 9.882/99.....	368
5.4.	Medida liminar.....	371
5.5.	Objeto. Os atos ou omissões controláveis	372
5.5.1.	Atos normativos.....	374
5.5.2.	Atos não normativos e as decisões judiciais.....	376
5.5.3.	Atos municipais.....	377
5.5.4.	Atos anteriores à Constituição.....	379
5.5.5.	Atos políticos.....	380
5.5.6.	Projetos de leis ou de emendas constitucionais	382
5.5.7.	Ato de interpretação e aplicação do regimento interno do Legislativo incompatível com o processo legislativo	385

5.6. Decisão e seus efeitos.....	387
6. Arguição incidental.....	392
6.1. Legitimidade ad causam.....	396
6.2. Objeto.....	398
6.3. Controvérsia constitucional relevante.....	399
7. O caráter subsidiário da arguição de descumprimento de preceito fundamental. O significado e alcance do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99.....	401
8. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e as omissões do Poder Público.....	410
9. A arguição de descumprimento de preceito fundamental como instrumento de reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucional.....	414
9.1. O Estado de Coisas Inconstitucional.....	414
9.2. O Projeto de Lei nº 736/2015 e as alterações na Lei nº 9.882/99 (Lei da ADPF).....	415

Capítulo XII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS-MEMBROS	417
1. Considerações gerais.....	417
2. O controle de constitucionalidade difuso-incidental nos Estados.....	417
3. O controle de constitucionalidade concentrado-principal nos Estados.....	422

Capítulo XIII

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NA FRANÇA E AS ALTERAÇÕES ADVINDAS DA REFORMA CONSTITUCIONAL DE 23 DE JULHO DE 2008	431
1. Considerações Iniciais.....	431
2. O Controle de Constitucionalidade na França, a Constituição de 04 de outubro de 1958 e o Conselho Constitucional.....	432
3. Composição do Conselho Constitucional.....	433
4. Competência do Conselho Constitucional.....	434
4.1. O Controle Preventivo de Constitucionalidade.....	434
4.2. A Controle Repressivo de Constitucionalidade e a Questão Prioritária de Constitucionalidade (QPC).....	435
5. Considerações finais.....	438

Capítulo XIV**O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EM PORTUGAL..... 441**

1. Considerações Iniciais 441
2. A fiscalização de constitucionalidade antes da Constituição de 1976..... 442
3. A fiscalização de constitucionalidade no texto inicial da Constituição de 1976..... 444
4. A fiscalização de constitucionalidade na Constituição de 1976 após a Revisão Constitucional de 1982 e o atual sistema português de fiscalização de constitucionalidade..... 446

Capítulo XV**O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO CHILE, COLÔMBIA, PERU, EQUADOR, BOLÍVIA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA E BÉLGICA 455**

1. Considerações Iniciais 455
2. O Controle de Constitucionalidade no Chile..... 455
3. O Controle de Constitucionalidade na Colômbia..... 460
4. O Controle de Constitucionalidade no Peru 464
5. O Controle de Constitucionalidade no Equador 465
6. O Controle de Constitucionalidade na Bolívia 469
7. O Controle de Constitucionalidade na Alemanha 471
8. O Controle de Constitucionalidade na Espanha 473
9. O Controle de Constitucionalidade na Itália..... 475
10. O Controle de Constitucionalidade na Bélgica 477

BIBLIOGRAFIA 481